

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - 2016

Em atendimento ao inciso VIII do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a Companhia Paranaense de Energia - Copel (Holding) e suas subsidiárias integrais Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Distribuição S.A., Copel Comercialização S.A., Copel Renováveis S.A. e Copel Telecomunicações S.A., empresas de economia mista cuja operação e resultados são apresentados de forma consolidada, fazem pública e solidariamente saber o que se segue:

1. Atividades desenvolvidas

A Companhia Paranaense de Energia - Copel, criada em outubro de 1954, é sociedade de economia mista de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA, e nas bolsas de valores de Nova Iorque e de Madri. A Companhia é controlada pelo Estado do Paraná, destinada, por meio de suas subsidiárias integrais, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo sua atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. A Copel detém participação em consórcios e empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1. Geração e Transmissão

1.1.1. Geração

Em 31.12.2015, a subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT operou e vendeu energia de dezoito usinas hidrelétricas, doze usinas eólicas e uma termelétrica, com capacidade instalada total de 5.032,2 MW. Em 07.07.2015, no vencimento do contrato de concessão de suas usinas hidrelétricas Capivari-Cachoeira, Mourão e Chopim, a Copel GeT deixou de vender a energia produzida por elas, continuando, entretanto, a operá-las e mantê-las até que o vencedor do processo de licitação conduzido pela Aneel as assumira. Incluindo a capacidade instalada das empresas de geração em que a Copel GeT mantém participação, a capacidade instalada total em 31.12.2015 somava 5.638,2 MW. A Copel GeT produziu eletricidade quase que exclusivamente por meio de suas hidrelétricas. A energia assegurada totalizou 2.207,4 MW médios em 2015. A geração varia de ano a ano em razão de condições hidrológicas e outros fatores, tendo sido gerados 25.650 GWh em 2015; 24.605 GWh em 2014; 24.420 GWh em 2013; 18.181 GWh em 2012; e 25.789 GWh em 2011. A geração de energia elétrica na Copel GeT é supervisionada e coordenada pelo Centro de Operação da Geração, sediado em Curitiba.

1.1.2. Transmissão

Esse segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações e também pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação equivalentes a 3.772,1 km de linhas de transmissão e 38 subestações da rede básica, com potência de transformação de 14.102 MVA. As concessões de transmissão em operação em 31.12.2015 geraram Receita Anual Permitida - RAP de R\$271,5 milhões, proporcional a sua participação nos empreendimentos. No fim do período, a Copel GeT concentrava esforços na construção de 10 empreendimentos, para adicionar 4.329,6 km de extensão e 1.800 MVA de capacidade de transformação ao conjunto de linhas e subestações de transmissão próprios e em parceria.

1.1.3. Distribuição

A subsidiária integral Copel Distribuição S.A. - Copel DIS tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura e prestar serviços correlatos descritos no Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 46/1999, firmado em 24.06.1999 e prorrogado em 09.12.2015 pelo Decreto nº 8.461, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária por cinco anos contados a partir de 1º.01.2016. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 4,4 milhões de consumidores de energia, em 1.113 localidades pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina (Porto União). Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente pela Copel DIS. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, a Copel Distribuição opera as instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV.

1.1.4. Energias Renováveis

A subsidiária integral Copel Renováveis S.A. foi criada com o intuito de ampliar a atuação da Copel não apenas em geração eólica, mas também em projetos solares, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, com a gestão de projetos aptos a participar de leilões, mantendo acompanhamento da evolução tecnológica desses setores e prevendo oportunidades sustentáveis de investimento. Sob gestão da Copel Renováveis, em 2016 foram mantidos em operação os primeiros parques eólicos no Nordeste, encerrando o exercício com 277,6 MW de potência instalada em 11 parques de dois diferentes complexos. Até 2019, a meta é que sejam adicionados 332,0 MW de capacidade instalada em 13 novos parques eólicos dos complexos Cutia e Bento Miguel, cuja obra iniciou em janeiro de 2016, com investimento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. A utilização de geração eólica permitiu à Copel Renováveis aumentar em 5% a capacidade instalada do parque gerador da Copel.

1.1.5. Comercialização

A subsidiária integral Copel Comercialização S.A., também conhecida como Copel Energia, foi criada em 2016, a partir de alteração no estatuto social da Copel Participações S.A., com o objetivo de reforçar o posicionamento da Copel no mercado livre de energia elétrica. Sua criação teve como principais objetivos a retenção de clientes que migram para o mercado livre e a prestação de serviços nesse segmento. Neste seu primeiro ano de atuação, a Copel Energia conquistou 94 unidades consumidoras.

1.1.6. Telecomunicações

A subsidiária integral Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, elaborando estudos e projetos com enfoque no atendimento das necessidades da Companhia e do mercado em geral. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Em 2015, a rede óptica da Copel Telecom totalizou 28.110 km de cabos ópticos, com crescimento de 10,5 % em relação a 2014, sendo 9.868 km interurbanos e 18.242 km urbanos. Os cabos interurbanos propiciam atendimento com serviços corporativos a 5 mil clientes em 399 municípios do Paraná, dois em Santa Catarina, um em Mato Grosso e quatro em São Paulo, e, também, com serviços de banda larga em 51 municípios do Paraná. A área de cobertura com serviços de banda larga abrange 700 mil domicílios e 43.023 clientes, com um crescimento, respectivamente, de 15,5 % e 73,7 % em relação a 2014.

1.1.7. Participações

A Copel mantém participação societária e associação com empresas, consórcios e outras instituições, que atuam em diversos setores além da área de energia elétrica, como demonstra o quadro a seguir.

Setor	Empreendimento	Participação da Copel
Gás	Companhia Paranaense de Gás - Compagas S.A.	51%
Telecomunicações	Sercomtel S.A. Telecomunicações	45%
Saneamento	Dominó Holdings S.A.	45%
Serviços	Escoelectric Ltda.	40%
Serviços	Copel Amec S.C. Ltda. em liquidação	48%
Exploração de carvão	Carbocampel S.A.	49%

2. Estrutura de controle

A Companhia Paranaense de Energia - Copel, hoje a maior empresa do Paraná, foi constituída em 26.10.1954, com controle acionário do Estado do Paraná. Abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBovespa) e tornou-se, em julho de 1997, a primeira empresa do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na União Europeia, mediante ingresso da Companhia no Latibex, o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madri. A partir de 07.05.2008, as ações da Copel passaram a integrar oficialmente o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Até 2001, a Copel operava como empresa integrada que atuava em geração, transmissão e distribuição de energia e atividades correlatas. Modificações no regime normativo do setor elétrico ensejaram a constituição de quatro subsidiárias integrais (geração, transmissão, distribuição e telecomunicações) e direcionamento de investimentos em outras empresas, prevendo a quinta subsidiária integral, reestruturação societária que foi concluída em julho de 2001. Em 2013, a Companhia foi reorganizada, para melhorar a eficiência da estrutura corporativa e reduzir custos operacionais. Atualmente são cinco as subsidiárias da Companhia: Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Distribuição S.A., Copel Comercialização S.A., Copel Renováveis S.A. e Copel Telecomunicações S.A.

O controle acionário e a estrutura societária estão demonstrados a seguir:

ACIONISTAS	AÇÕES										
	ORDINÁRIAS			PREFERENCIAIS						TOTAL	
	ON	% DO TOTAL	% em ON	PNA	% DO TOTAL	PNB	% DO TOTAL	% em PN	ON + PNA + PNB	% DO TOTAL	
ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	31,07	58,63	-	-	-	-	-	85.028.598	31,07	
BNDESPAR	38.298.775	14,00	26,41	-	-	27.282.006	9,97	21,21	65.580.781	23,96	
CENT. ELET. BRAS. - ELETROBRAS	1.530.774	0,56	1,06	-	-	-	-	-	1.530.774	0,56	
BOLSAS DE VALORES	19.874.687	7,26	13,70	76.763	0,03	100.964.623	36,89	78,55	120.916.073	44,18	
BM&FBovespa	18.610.553	6,80	12,83	76.763	0,03	64.949.176	23,73	50,55	83.636.492	30,56	
NYSE	1.264.134	0,46	0,87	-	-	35.931.998	13,13	27,94	37.196.132	13,59	
LATIBEX	-	-	-	-	-	83.449	0,03	0,06	83.449	0,03	
PREFEITURAS	178.393	0,07	0,12	9.326	-	3.471	-	0,01	191.190	0,07	
OUTROS	119.853	0,04	0,08	242.538	0,09	45.568	0,02	0,23	407.959	0,16	
TOTAL	145.031.080	53,00	100,00	328.627	0,12	128.295.668	46,88	100,00	273.655.375	100,00	

O organograma com a participação societária da Copel compõe o anexo I a esta carta.

3. Fatores de risco

Estão relacionados aqui os fatores de risco, sem seu detalhamento, o qual, em caso de interesse, está disponível no Formulário de Referência da Companhia (<http://ri.copel.com/ptb/formulario-de-referencia-e-cadastral>).

- Existência de diversas ações judiciais que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio caso se seu desfecho seja desfavorável à Companhia;
- Construção e expansão de projetos de transmissão e geração de energia envolvem riscos significativos, que podem exercer efeito adverso sobre a Companhia;
- Sujeição a limitações quanto a valor e utilização de financiamento do setor público, que poderia impedir de obter financiamento e implantar plano de investimento;
- Violações de segurança e outras perturbações poderiam comprometer centros de dados e operações e expor a Companhia a responsabilidades, com prejuízo ao negócio e à reputação;
- Construção, expansão e operação de instalações e equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade envolvem riscos significativos, que podem causar perda de receitas ou aumento de despesas;
- Impossibilidade eventual de conclusão do programa de investimentos no prazo podem afetar adversamente a operação e o desenvolvimento do negócio;
- Danos decorrentes da prestação inadequada de serviços de energia elétrica podem não ser inteiramente cobertos pelas apólices de seguro vigentes;
- Controle pelo Estado do Paraná, com políticas e prioridades governamentais, afetam diretamente as operações e podem ser conflitantes com interesses de investidores;

- Possibilidade de volatilidade do mercado e/ou falta de liquidez das ações da Companhia podem interferir no preço das ações;
- Dependência dos resultados operacionais de condições hidrológicas, que têm sido instáveis, podendo medidas adotadas pelo governo para preservar energia exercer efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;
- Possibilidade de controladas e coligadas não serem bem-sucedidas;
- Indisponibilidade de material e mão de obra em prazo adequado pode afetar os negócios;
- Possibilidade de serviços e materiais contratados não apresentar a qualidade esperada;
- Possibilidade de certos consumidores da área de concessão de distribuição deixar de comprar energia da Distribuidora;
- Possibilidade de redução de receitas operacionais de Consumidores Livres, que podem buscar fornecedores alternativos ao término de seus contratos;
- Condições econômicas em deterioração no Paraná e preços mais elevados de energia podem afetar a capacidade de pagamento dos clientes de distribuição e elevar os valores das perdas comerciais, com efeitos adversos nos negócios, na condição financeira e no resultado operacional;
- Dependência expressiva da economia do Estado do Paraná;
- Condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar o negócio e o preço de mercado das ações;
- Flutuações cambiais podem resultar em incerteza na economia brasileira e no mercado mobiliário brasileiro, com efeito adverso relevante sobre lucro líquido e fluxos de caixa;
- Possibilidade de inflação substancial futura, com redução de margens e preço de mercado das ações preferenciais classe B e ADSs podem ser reduzidos;
- Possibilidade de alterações em políticas fiscais brasileiras, com efeito adverso à Companhia;
- Evolução negativa de outras economias nacionais, especialmente nos países em desenvolvimento, com possibilidade de efeito negativo em investimentos estrangeiros no Brasil e em seu crescimento econômico;
- Possibilidade de instabilidade econômica e política ante alegações de corrupção política contra o governo federal brasileiro e o poder legislativo;
- Incerteza quanto à renovação de determinadas concessões de geração e transmissão;
- Possibilidade de efeito adverso sobre as receitas operacionais caso a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel adote decisões desfavoráveis para as tarifas da Companhia;
- Sujeição à abrangente regulamentação do negócio, que afeta fundamentalmente o desempenho financeiro;
- Possibilidade de sanções, pela Aneel, por inobservância dos termos das concessões ou de leis e regulamentos aplicáveis, com possibilidade de não recuperação do valor integral do investimento em caso de extinção de quaisquer das concessões;
- Sujeição do quadro regulatório vigente a contestação judicial;
- Possibilidade de aquisição obrigatória de energia no mercado à vista ("spot") a preços mais altos caso as projeções de demanda de energia não sejam precisas ou haja falta de energia disponível no mercado regulado ou a energia contratada não seja entregue, com eventual impossibilidade de repasse de custos maiores aos consumidores finais;
- Sujeição de equipamentos, instalações e operações a variados regulamentos ambientais e de saúde, que podem vir a se tornar mais rígidos e resultar em maiores obrigações e investimentos de capital.

A Companhia mantém Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos que abrange as áreas corporativas, suas subsidiárias integrais e controladas, a qual está em vigor desde 2009. As diretrizes adotadas são baseadas em estruturas e padrões reconhecidos, como *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO e ISO 31000, e têm como objetivos maximizar os valores econômico, social e ambiental para as partes interessadas e assegurar a conformidade com as leis e regulamentos vigentes.

4. Dados econômico-financeiros - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31.12.2015)	Exercício social (31.12.2014)	Exercício social (31.12.2013)
Patrim. líquido	14.584.478.000,00	13.682.780.000,00	12.928.752.000,00
Ativo total	28.947.557.000,00	25.618.142.000,00	23.111.445.000,00
Rec. líq./Rec. interm./Fin./Prem. Seg. Ganhos	14.728.131.000,00	13.918.517.000,00	9.180.214.000,00
Resultado bruto	1.908.738.000,00	1.727.039.000,00	1.226.193.000,00
Resultado líquido	1.265.551.000,00	1.335.615.000,00	1.101.435.000,00
Nº ações ex-tesouraria (unid.)	273.655.375	273.655.375	273.655.375
Valor patrim. da ação (reais unid.)	53,295054	50,00041	47,244648
Resultado básico por ação	4,624616	4,880646	4,024898

5. Comentários dos administradores sobre o desempenho

Com 62 anos completos em outubro de 2016, a Copel é uma empresa de economia mista, estruturada como Holding, que atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia e telecomunicações. Opera um sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes de distribuição e um sistema óptico de telecomunicações que atende todas as cidades do Estado. Participa também nos setores de saneamento, gás e petróleo.

Em 2015, a economia brasileira foi submetida a dura prova, e o setor elétrico, engrenagem essencial à totalidade da cadeia produtiva, não fugiu a essa realidade, enfrentando dificuldades específicas nos cenários regulatório, econômico e ambiental, que apenas lenta e paulatinamente vêm sendo equacionadas.

No ambiente regulatório, destaca-se a prorrogação da concessão da distribuição em 02.06.2015, pelo Decreto Federal nº 8.461, em que o Ministério de Minas e Energia - MME pôde prorrogar as concessões de distribuição de energia elétrica por trinta anos, estabelecendo critérios a ser atendidos.

Em 09.11.2015, por Despacho do MME, foi deferido o requerimento para a prorrogação, tendo, no início de dezembro de 2015 sido assinado o quinto aditivo contratual, que formalizou a prorrogação, até 07.07.2045, do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 46/1999.

Em meio à adversidade, a Copel soube criar, a partir desses mesmos desafios, oportunidades de crescimento que somente as crises mais complexas oferecem. A resposta ágil aos desafios em várias de nossas áreas de atuação nos permitiram exibir resultado robusto, como R\$ 1.265.551 de lucro líquido em 2015. Em 2014 o lucro foi de R\$ 1.335.615 e em 2013, de R\$ 1.101.435.

Analisando a imobilização do Patrimônio Líquido, verifica-se que os percentuais encontrados estão de acordo com o setor energético. Esse indicador demonstra quanto do Ativo permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível) está sendo financiado pelo Patrimônio Líquido. Os índices foram de 117%, 89% e 87% nos exercícios de 2015, 2014 e 2013; respectivamente.

Historicamente, a Companhia financia a liquidez e a necessidades de capital principalmente com recursos propiciados pelas operações e mediante financiamento externo. As atividades operacionais foram fonte de recursos importantes em 2015. Os recursos líquidos propiciados pelas atividades operacionais foram de R\$ 1.320.728 em 2015, contra R\$ 1.091.372 em 2014, e R\$ 1.337.611 em 2013. Em 2015, o caixa foi utilizado para, principalmente, serviço de dívida e pagamento de dividendos.

Os investimentos de capital totalizaram R\$ 2.364.700 em 2015, R\$ 2.469.100 em 2014 e R\$ 1.776.600 em 2013.

Em 2016, as principais necessidades de capital e liquidez da Copel são previstos para financiar a expansão e a melhoria da infraestrutura de transmissão, distribuição, expansão das instalações de geração e de telecomunicações. Em um cenário ambiental severo e quando é imperativa gestão financeira rígida, sabemos das dificuldades para apresentar interrupções de energia menos frequentes e de menor duração, motivo pelo qual ampliamos ano após ano o montante destinado a novas tecnologias que venham a satisfazer essa busca.

Os investimentos totais de capital orçados para as subsidiárias integrais em 2016 são de R\$ 3.149.800, dos quais:

- R\$ 1.695.100 para investimentos em geração e transmissão, incluindo R\$ 120.000 para construção da UHE Colíder, R\$ 574.800 para a Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, R\$ 161.600 para a LT Araraquara —Taubaté e R\$ 190.700 para a SPE Mata de Santa Genebra ;
- R\$ 570.000 para investimentos em distribuição;
- R\$ 146.000 para investimentos em telecomunicações; e
- R\$ 714.800 são destinados aos empreendimentos eólicos.

Entendemos que a Companhia tem estrutura de capital equilibrada, totalizando, em 2015 dívida líquida (Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades - Títulos e Valores Mobiliários) de R\$ 5.782.870. Nesse período, o Patrimônio Líquido foi de R\$ 14.584.478. Em 31.12.2014 a dívida líquida foi de R\$ 4.722.942 e o Patrimônio Líquido, de R\$ 13.682.780. Em 31.12.2013 a dívida líquida havia sido de R\$ 2.280.339 e o Patrimônio Líquido, de R\$ 12.928.752.

Considerando todas as dívidas da Copel (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante), verifica-se que o endividamento está concentrado no Longo Prazo. Além disso, a análise da Dívida Líquida em relação ao Patrimônio Líquido demonstra o nível de alavancagem da Companhia, de 40% em 2015 , 35% em 2014 e 18% em 2013. A estrutura de capital da Copel foi de 50% de capital próprio em 2015, 53% em 2014 e 56% em 2013:

De acordo com os índices apresentados, entendemos que a situação atual da Companhia está adequada ao setor de energia atualmente, respeitando a capacidade de pagamento de suas dívidas e estudando os riscos de endividamento da Copel.

Destacamos o crescimento do EBITDA: R\$ 2.585.210; R\$ 2.356.982 e R\$ 1.829.396 nos exercícios de 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

Em 31.12.2015, a Companhia contava, em seu ativo circulante, com o total de R\$ 6.933.397, dos quais R\$ 1.480.727 em Caixa e equivalentes de caixa e R\$ 406.274 em Títulos e valores mobiliários.

Neste exercício, o passivo circulante totalizou R\$ 4.789.118, finalizando com índice de liquidez corrente (capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo) de 1,45.

Em 31.12.2014, a Companhia tinha em seu ativo circulante o total de R\$ 5.218.176, dos quais R\$ 740.131 em Caixa e equivalentes de caixa e R\$ 459.115 em Títulos e valores mobiliários.

Neste exercício, o passivo circulante totalizou R\$ 4.055.393, finalizando com índice de liquidez corrente (capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo) de 1,29.

Em 31.12.2013, a Copel teve índice de liquidez corrente de 1,40, com R\$ 4.680.284 em seu ativo circulante e R\$ 3.347.885 no passivo circulante. Concluiu aquele exercício com R\$ 1.741.632 em caixa e equivalentes de caixa e R\$ 389.222 em títulos e valores mobiliários.

Percebe-se o crescimento do índice de liquidez de 2014 para 2015, resultado principalmente pelo maior valor de caixa ao longo dos exercícios. O atual capital de giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) da Copel também teve aumento significativo, suficiente para suprir as exigências de curto prazo, sendo R\$ 2.144.279, R\$ 1.162.783 e R\$ 1.332.399 em 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

6. Políticas e práticas de governança corporativa

A Copel segue o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, adotando, entre outras práticas, as seguintes:

- período de mandato do conselheiro de administração não deve ultrapassar dois anos;
- segregação das funções de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente;
- número ímpar de conselheiros de administração, entre cinco e onze;
- Código de Conduta elaborado segundo os valores e princípios éticos da Companhia, sendo seu processo de elaboração liderado pela Diretoria, segundo princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração, ao qual cabe a aprovação da versão final (a participação das partes interessadas no processo de elaboração do Código de Conduta contribui para sua aceitação e legitimidade);

- manual para participação em assembleias gerais de acionistas está implantado e visa a facilitar e estimular a participação nas assembleias; ele oferece informações detalhadas sobre cada matéria levada para deliberação, incluindo a posição da administração, sendo fornecido aos sócios e enviado à CVM e à bolsa de valores em que os títulos de emissão da Companhia estão listados, além de ser disponibilizado no seu website;
- Comitê de Auditoria instituído, o qual presta suporte ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria é órgão independente, subordinado ao Conselho de Administração, de caráter consultivo e permanente, responsável pela revisão e supervisão dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros, dos processos de administração de riscos e controles internos e das atividades dos auditores internos e auditores externos independentes.

É composto por membros do Conselho de Administração e reúne-se periodicamente com os superintendentes da Coordenação de Integridade Corporativa, da Auditoria Interna e com o Conselho de Administração, com vistas a avaliar as demonstrações financeiras e seu processo de elaboração, transações com partes relacionadas e, em situações específicas, processos de relevância material.

A Companhia também submete seus processos e controles internos a empresa de auditoria independente, que efetua testes de conformidade dos controles internos, inclusive contra riscos de fraude. Todo esse processo é supervisionado pelo Comitê de Auditoria.

7. Composição da administração

Assembleia Geral - é o fórum no qual os acionistas decidem todos os negócios relativos ao objeto da Companhia considerados convenientes a sua proteção e desenvolvimento. Realizada no primeiro quadrimestre de cada ano, a Assembleia Geral Ordinária tem competências específicas estabelecidas no artigo 132 da Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Conselho de Administração - é o órgão de deliberação da Companhia composto por sete ou nove membros eleitos em Assembleia Geral para mandato de dois anos. Esse colegiado — cuja principal responsabilidade é fixar a orientação geral dos negócios da Companhia — tem sua forma de atuação e competência estabelecidas nos artigos 11 a 16 do Estatuto Social e em Regimento Interno específico.

Atualmente o Conselho de Administração da Copel tem sete membros independentes, conforme previsto na regra 10^a-3 do Securities Exchange Act. Esse Colegiado tem regimento próprio.

Conselho Fiscal - órgão permanente, composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de um ano, tendo sua composição, funcionamento e competências estabelecidas nos artigos 29 a 32 do Estatuto Social, em Regimento Interno, bem como nos artigos 161 a 165 da Lei das Sociedades Anônimas. Seu objetivo é analisar e opinar sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, fiscalizando também atos dos administradores.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva da Copel, responsável pelas funções executivas e com a atribuição privativa de representar a Companhia, é composta por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos. As atribuições e deveres da Diretoria estão estabelecidos no artigo 20 e suas competências individuais são encontradas nos artigos 21 a 25 do Estatuto Social. A regulamentação quanto à forma de atuação é prevista em Regimento Interno.

Comitê de Auditoria - previsto no parágrafo terceiro do artigo 11 do Estatuto Social, é composto por três membros, Conselheiros de Administração, independentes conforme previsto na Regra 10^a-3 do Securities Exchange Act, tendo suas características, composição, funcionamento e competências estabelecidas em Regimento Interno específico. Este Comitê subordina-se ao Conselho de Administração e a este está diretamente vinculado. Entre suas principais atribuições estão fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. O Comitê de Auditoria tem regimento próprio e é responsável também pela operacionalização do Canal de Comunicação Confidencial da Companhia.

Comitê de Gestão de Riscos Corporativos - como parte das ações para melhoria das práticas de Governança Corporativa, a Copel criou, em 2009, o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, órgão consultivo e permanente para questões relativas à gestão integrada de riscos corporativos. Tem regimento próprio e observa a legislação aplicável à Companhia, tendo como objetivos principais a supervisão e o monitoramento de riscos da Companhia, além de assessorar o Comitê de Auditoria. É composto por um representante de cada Diretoria, um representante da Superintendência de Controladoria, Gestão e

Participações, um representante da Coordenação de Assuntos Regulatórios Corporativos e Planejamento Empresarial Integrado e um representante da Auditoria Interna.

Comitê Permanente de Remuneração - é composto por representantes das cinco diretorias da Copel (Holding) sob a coordenação do representante da Diretoria de Gestão Corporativa, tendo as seguintes atribuições: i. elaborar proposta para aprovação da diretoria reunida da Copel (Holding), de política de fixação da remuneração dos administradores e conselho fiscal das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Copel; ii. revisar e recomendar anualmente à diretoria reunida da Copel (Holding) eventuais alterações nas políticas e reajuste nos valores de fixação da remuneração dos administradores e conselheiros fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Copel, de acordo com práticas de mercado; e iii. estudar e propor critérios e procedimentos quanto a acúmulo de cargos e/ou funções diretivas e de colegiados — conselhos deliberativos e fiscais — de empreendimentos com participação acionária integral de empresas vinculadas à Copel.

No anexo II à presente, encontra-se a composição da Administração da Companhia, bem como a experiência profissional de seus membros.

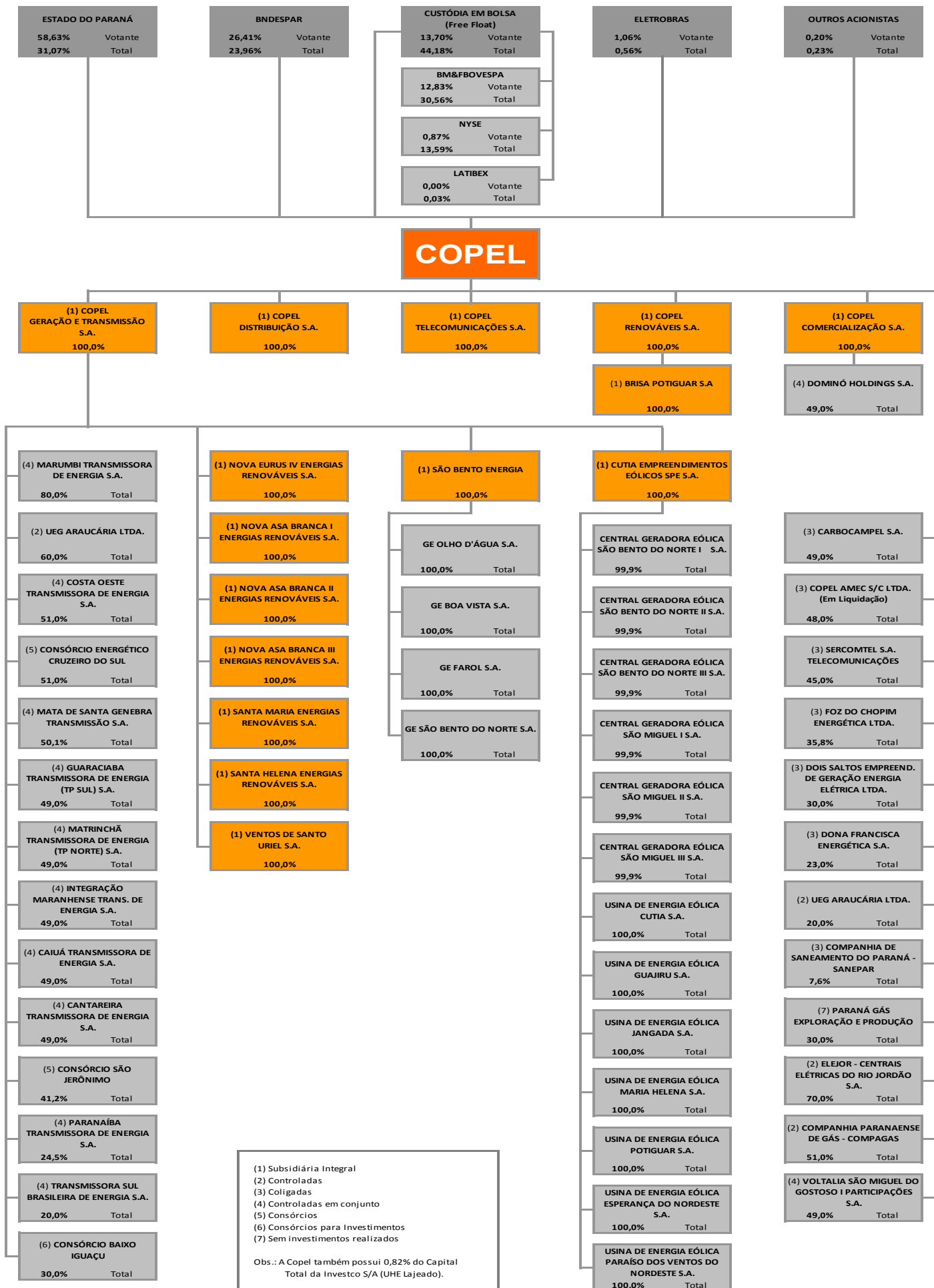
8. Remuneração dos administradores

No anexo III à presente, encontram-se os dados relativos à remuneração da Administração da Copel.

As informações aqui registradas podem também ser consultadas no Formulário da Referência da Companhia Paranaense de Energia - Copel, elaborado anualmente e disponibilizado, nos termos da legislação vigente, em todos os seus detalhes, dados, cifras e quadros, no website da Companhia (www.copel.com, no caminho: Investidores > Publicações e Documentos > Formulário de Referência e Cadastral).

Anexo I à Carta Anual de Governança Corporativa – 2016

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA POSIÇÃO EM 30/09/2016



Anexo II à Carta Anual de Governança Corporativa - 2016

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Fernando Xavier Ferreira	13/2/1949	Engenheiro Eletricista	142.144.239-68	Presidente do Conselho de Administração.
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
9/2/2015	10/2/2015	abr 2015 a abr 2017	Não possui outro cargo/função	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
2 (dois)		Para completar o Mandato 2013/2015 e Recondução 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Secretário de Educação do Estado do Paraná - (jan.-maio/2015); Conselheiro de Administração Telefônica S.A. - Telecomunicações 08/1998 a 04/2013; Conselheiro de Administração Telefônica Internacional - Telecomunicações Anterior a 2010 a 06/2012; Conselheiro de Administração Triunfo Participações e Investimentos - Infraestrutura 06/2007 a 04/2015; Conselheiro de Administração Alupar S.A. - Infraestrutura 12/2007 a 04/2015; Conselheiro de Administração Boa Vista Serviços Serviço de proteção ao crédito 10/2010 a 04/2015; Conselheiro de Administração Positivo Informática Produtos de informática 11/2013 a 12/2014; e Conselheiro ARSGSP- Agência reguladora de serviços de energia e saneamento Orgão Regulador 05/2011 a 07/2013.		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Membro do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp; Membro do Conselho de Administração do Centro Educacional João Paulo II e Membro do Conselho da Associação Amigos do Hospital das Clínicas.		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Luiz Fernando Leone Vianna	13/12/1952	Engenheiro Eletricista e Administrador de Empresas	201.576.659-68	Secretário Executivo do Conselho de Administração da Copel (Holding)
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
9/2/2015	10/2/2015	abr 2015 a abr 2017	Diretor Presidente	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Para completar o Mandato 2013/2015 e Recondução 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - Apine (2004-2014); Membro do Conselho Temático de Meio Ambiente da CNI - Coema (2010-2011); Presidente do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico FMASE (2010-2011)		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Conselheiro no Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico - FMASE; Membro do Conselho de Administração da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; Membro Fundador do Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro; e Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética - EPE/Concepe.		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
José Richa Filho	10/9/1964	Engenheiro Civil	567.562.919-04	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
28/1/2011	28/1/2011	abr 2015 a abr 2017	Especialista Financeiro no Comitê de Auditoria	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
4 (quatro)		Mandato 2009/2011; Recondução 2011/2013; Recondução 2013/2015; e Recondução 2015/2017.		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Presidente do Conselho de Administração da Estrada de Ferro Oeste PR - Ferroeste, reeleito na 25ª Assembleia Geral Ordinária, para o mandato 2012-2014; Membro do Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo (2013-2014); e Membro do Conselho de Administração da Companhia de Informática do Paraná - Celepar (2011-2013).		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Presidente do Conselho de Administração da Paraná Edificações – PRED (25.03.2013 – atual); Presidente do Conselho de Administração do Dep. de Estrada de Rodagens - DER, (2000 – atual); Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (2011-atual); Membro do Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo, (2013 – atual); Membro do Conselho Gestor de Concessões, (11.01.2012-atual); Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (2015 - atual); Membro do Conselho de Administração da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD (2014 – atual); Membro do Conselho de Administração do Departamento de Transito do Paraná –Detran PR (2014); e Presidente do Conselho de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (13/08/2014 –atual).		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Marlos Gaio	23/10/1974	Advogado	798.621.289-68	Membro do Conselho de Administração.
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
23/4/2015	24/4/2015	abr 2015 a abr 2017	Superintendente da Secretaria da Administração Societária	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Está no primeiro mandato - Mandato 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Superintendente da Secretaria da Administração Societária da Copel (2005-2011).		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Sócio fundador e diretor de Gaio & Flor Junior Advogados Associados (2001-atual); e Sócio Fundador e administrador da empresa FBG Participações e Administração de Imóveis Ltda. (2010-atual).		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Helio Marques da Silva	2/6/1962	Técnico em eletrônica	468.309.019-87	Membro do Conselho de Administração.
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
23/4/2015	23/4/2015	abr 2015 a abr 2017	Técnico Industrial de Eletrotécnica	Não. Eleito pelos empregados
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Está no primeiro mandato - Mandato 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Não exerceu nenhuma outra atividade profissional durante os últimos 5 anos.		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Não ocupa nenhuma outra atividade em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Carlos Homero Giacomini	27/9/1955	Médico	269.970.880-15	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
12/7/2011	13/7/2011	abr 2015 a abr 2017	Não exerceu cargos e funções no emissor	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
4 (quatro)		Mandato 2009/2011; Recondução 2011/2013; Recondução 2013/2015; e Recondução 2015/2017.		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Presidente do Imap de Curitiba (2005-2012); e Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Pública da Prefeitura de Curitiba (2009-2012).		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Médico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Mauro Ricardo Machado Costa	21/3/1962	Administrador de Empresas	266.821.251-00	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
9/2/2015	10/2/2015	abr 2015 a abr 2017	Não exerceu cargos e funções no emissor	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Está no primeiro mandato - Mandato 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (cedido); Secretário da Fazenda Prefeitura de Salvador (2013-2014); e Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (2011-2012).		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (2015 - atual); Presidente do Conselho de Administração - FOMENTO PARANÁ (2015 - atual); Presidente do Conselho de Administração – PARANACIDADE (2015 - atual); Presidente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (2015 - atual); Membro do Conselho de Administração - Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR (2015 - atual); e Membro do Conselho de Administração - Agência Paraná de Desenvolvimento – APD (2015 - atual).		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Sandra Guerra	27/4/1955	Administradora de empresas	947.562.798-72	Membro do Conselho de Administração
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
20/10/2016	20/10/2016	abr 2015 a abr 2017	Não exerceu cargos e funções no emissor	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Mandato 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Grupo Solvi (2011-2013), Coteminas S.A. (2007-2012), International Corporate Governance Network - ICGN (2001-2004), Mundomedia S.A. (2000-2002), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (1995-2001); Membro: do Nomination Committee (2012-2015) no ICGN, do ICGN Principles Revision Committee (2009), dos Congressos Anuais ICGN (2007-2009), do ICGN Award Committee (2006-2007), Membro: do Comitê Internacional (2009-2012), do Comitê de Governança Corporativa (2008) e do Comitê de Certificação (2008-2009) no IBGC; Coordenadora: do Comitê de Organização e Pessoas do Grupo Itapemirim (2010-2013), da Companies Circle Governança Corporativa na América Latina (2005-2012), do Congresso Anual ICGN, no Rio de Janeiro (2002-2004), do Comitê 10 anos IBGC 10 (2005) e do Comitê do Congresso Anual (2001-2003-2007); Presidente do Award Committee do ICGN (2008-2010); Membro do Conselho Consultivo do Grupo Itapemirim (2009-2013) e da InVent (2002-2003); Diretora de Marketing da CPM S.A. (2000-2005); Country Manager do Institute for International Research do Brasil - IIR (1996-1999); Sócia e Consultora Sênior da Paradygma Marketing e Comunicação(1991-1996); Sócia-Diretora da Mútua Assessoria de Comunicação (1982-1991); Jornalista em emissoras de rádio e televisão (1975-1987).		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2012-2016); Membro do Conselho de Administração de diversas empresas, quais sejam: International Integrated Reporting (2012-2016), Membro do Conselho de Administração da Vix Logística S.A. (desde 2015); Sócia Diretora da Better Governance Consulting Services (desde 2005)		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF ou nº passaporte	e. Cargo eletivo ocupado
Sergio Eduardo Weguelin Vieira	27/7/1955	Economista	483.591.067-20	Membro do Conselho de Administração
f. Data de eleição	g. Data da posse	h. Prazo do mandato	i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	j. Se foi eleito pelo controlador ou não
20/10/2016	20/10/2016	abr 2015 a abr 2017	Não exerceu cargos e funções no emissor	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				
Sim, nos termos da regra 10A-3 do Securities Exchange Act				
l. Número de mandatos consecutivos		Observação:		
0 (zero)		Mandato 2015/2017		
m. informações sobre:				
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Sócio da BRZ Investimentos (2013-2015); Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2004-2008); Superintendente na área de meio ambiente (2009-2013), Chefe no Departamento de Mercado de Capitais e no Departamento de Desenvolvimento de Novos Produtos (2002-2004) e (2000-2001), respectivamente, no BNDES; Superintendente no BNDESPAR (1995-2000); Membro: do Conselho de Administração da Amata e do Terminal de Granéis de Santa Catarina - TGSC, do Comitê de Sustentabilidade da Fibria, da Câmara de Derivativos da BM&Fbovespa; Representante do Projeto Brazilian Excellence in Securities Transactions - Best, iniciativa da CVM, do Banco Central do Brasil, da BM&FBovespa e da Anbid.		
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Diretor de Investimentos da Fundação de Assistência e Previdência Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fapes (2015-2016);		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos				
i. qualquer condenação criminal				Não há qualquer condenação
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas				Não há qualquer condenação
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer				Não há qualquer condenação

Anexo III à Carta Anual de Governança Corporativa - 2016

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	6	5	20
Nº de Membros Remunerados	7	6	5	18
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.349.880,39	6.985.027,20	482.100,14	8.817.007,73
Benefícios direto e indireto	0	0	0	0
Participações em comitês	241.050,07	0	0	241.050,07
Outros	48.821,14	703.619,98	36.385,68	788.826,80
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	Contribuição Previdência Privada, Plano Assistencial e Verba de Representação.	Contribuição Previdência Privada e Plano Assistencial	
Remuneração variável	0	0	0	0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no item 9.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº0 2/2016	O número de membros foi apurado da forma especificada no item 9.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº0 2/2016	O número de membros foi apurado da forma especificada no item 9.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº0 2/2016	
Total da remuneração	1.639.751,60	7.688.647,18	518.485,82	9.846.884,60